

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

Edição Quadrimestral | volume 1 | edição nº 3 | 2012

*Da ALCA à CELAC:
o Brasil e os desafios da integração
continental*

André Luis Reis Silva,
Isadora Loreto da Silveira

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

Da ALCA à CELAC: o Brasil e os desafios da integração continental

André Luis Reis Silva¹
Isadora Loreto da Silveira²

Resumo: Este trabalho procura, primeiramente, analisar o processo de negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que reuniria 34 países do continente americano, ou seja, todos que o compõem, à exceção de Cuba. Busca-se também examinar os desdobramentos diretos e indiretos das negociações, pois se infere que o impacto desse projeto sobre as relações entre os EUA e os países da América Latina e Caribe, e entre os próprios países latino-americanos, foi muito significativo. A proposta foi lançada na I Cúpula das Américas, em 1994, por iniciativa dos EUA, e tinha o encerramento de suas negociações previsto para 2005. Embora não tenha sido implementada, a negociação da Alca produziu efeitos, contrabalançando processos de integração latino-americanos. A corroboração do fracasso da proposta da Alca, em 2005, em Mar del Plata, sublinhou a importância dos processos próprios de integração e concertação política sul e latino-americanos. Esse acontecimento é relevante, pois tais processos se configuram como vias para o desenvolvimento e a defesa dos interesses nacionais dos países da região. A análise deste artigo parte das negociações da Alca durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, examina a proposta de “Alca *light*” do governo Lula, e culmina na derrocada do projeto da Alca, nas iniciativas latino-americanas autônomas – como a CALC e a CELAC – e na nova estratégia dos EUA para a região.

Palavras-chave: ALCA; Cúpula das Américas; livre comércio; integração; Lula; América Latina.

¹ Doutor em Ciência Política (UFRGS). Professor Adjunto de Relações Internacionais do Departamento de Ciências Econômicas e dos programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS.

² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica. isadoralsilveira@gmail.com

CELAC the FTAA: Brazil and the challenges of continental integration

Abstract: Firstly, this paper seeks to analyze the Free Trade Area of the Americas (FTAA) negotiation process, which would bring together 34 countries in the Americas, that is, all who compose it, except for Cuba. We also examine the direct and indirect consequences of negotiations, because the impact of this project on relations between the U.S. and Latin America and the Caribbean, and also among Latin American countries, was very significant. The proposal was launched at the 1st Summit of the Americas in 1994, as a U.S. initiative, and the closure of negotiations was scheduled for 2005. Although it has not been implemented, the FTAA has produced effects, counterbalancing processes of Latin American integration. The corroboration of the failure of the proposed FTAA, in 2005, in Mar del Plata, stressed the importance of the development of Latin and South America's own processes of integration and political coordination. This event is relevant, since such processes constitute ways for the development and defense of national interests of the countries in the region. This paper's analysis departs from the negotiations during the Cardoso government, examines the Lula administration proposal of a "light FTAA", and culminates with the collapse of the FTAA project, with autonomous Latin American initiatives - such as CALC and CELAC - and with the new U.S. strategy for the region.

Keywords: *FTAA; Summit of the Americas; free trade; integration; Lula; Latin America.*

Introdução

A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) consistia no projeto de constituição de uma área de livre comércio envolvendo 34 países do continente americano e tinha como previsão o encerramento das negociações em 2005. Desde que foi lançada a ideia, na I Cúpula das Américas, em 1994, até a Terceira Cúpula, em 2002, foram realizadas várias reuniões ministeriais entre os países, preparando o processo negociador. Atualmente, se houvesse sido implantada, a Alca seria a maior área de livre comércio do mundo, com cerca de 900 milhões de consumidores e um PIB de cerca de 20 trilhões de dólares. Embora não tenha sido implementada, a negociação da Alca produziu efeitos, contrabalançando projetos de integração latino-americanos.

Este trabalho procura analisar os desdobramentos diretos e indiretos do processo de negociações da Alca no continente americano. Infere-se que o impacto desse projeto sobre as relações entre os EUA e os países da América Latina e Caribe, e entre os próprios países latino-americanos, foi muito significativo. A corroboração do fracasso da proposta da Alca, em 2005, em Mar del Plata (Garcia *apud* Menezes, 2011: 119), sublinhou a importância dos processos próprios de integração e concertação política sul e latino-americanos. Esse acontecimento é relevante, pois tais processos se configuram como vias para o desenvolvimento e a defesa dos interesses nacionais dos países da região.

A análise parte das negociações da Alca durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, no contexto da crise do neoliberalismo e da ascensão de governos de esquerda ao poder na América Latina, examina-se a mudança no padrão de negociação, inclusive a proposta de “Alca *light*”, e o crescente distanciamento brasileiro da Alca durante o governo Lula. Por fim, trata-se do processo que culmina na derrocada do projeto da Alca, nas iniciativas de integração e foros de discussão latino-americanos autônomos – como a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) – e na nova estratégia dos EUA de aproximação bilateral para a região.

É importante ter em mente que, de acordo com o enfoque realista estatocêntrico de Gilpin (2001), processos de integração regional são capitaneados por um ou mais Estados, com motivações políticas, e são resultado de cálculos de ganhos relativos por parte dos atores envolvidos, uma vez que a regionalização consiste em um meio para que os Estados estendam

seus objetivos e interesses para além da esfera doméstica. Ademais, concessões econômicas devem ser feitas para permitir a integração, gerando preocupação por parte dos Estados em relação à competitividade e ao bem estar econômico, assim como a questões distributivas e relativas à autonomia nacional.

1 As cúpulas e a estratégia negociadora no governo Cardoso

Proposta pelos Estados Unidos, a primeira cúpula de Miami, em 1994, reuniu 34 países do continente (a única exclusão foi Cuba), que definiram a integração econômica e o livre comércio como objetivos básicos. A Cúpula estabeleceu como meta a livre circulação de bens, serviços e investimentos a partir de 2005. Também definiu que as próximas reuniões – em nível de ministros de comércio – seriam em Denver, EUA, em junho de 1995; em Cartagena, em março de 1996; em Belo Horizonte, em maio de 1997; e em San José da Costa Rica, em março de 1998.

Nestas reuniões preparatórias, observou-se a capacidade de resistência do MERCOSUL. A reunião de Cartagena, por exemplo, foi marcada por diversas colisões entre o Brasil e os EUA, que demonstravam visões bastante diferentes. Os norte-americanos queriam apressar o processo, o que exigiria dos demais países uma abertura adicional de seus mercados. Mas não era somente o ritmo do processo que separava as duas visões, mas também a forma. Os EUA queriam atrair cada país individualmente. O Brasil preferia que a negociação ocorresse com os blocos regionais já constituídos ou em processo de formação. Na época, o próprio embaixador brasileiro responsável pelas negociações lembrou que o contencioso não se limitava à divergência sobre a Alca. O governo brasileiro vinha insistindo em que os EUA removessem barreiras para determinadas importações e procurou atrelar as duas discussões (Rossi, 1996). Mesmo assim, na Conferência de Cartagena, o Brasil atingiu resultados favoráveis à sua estratégia e ajudou a desarmar um pouco as prevenções dos EUA contra o país. O conceito de “*building blocks*” (alicerce) foi mantido, não se definiu data para o estabelecimento da Alca e as questões ambientais seriam examinadas por um grupo de estudo hemisférico quatro meses depois do encontro. O Brasil também logrou se tornar uma espécie de intérprete dos seus vizinhos, opondo-se à ideia de vincular trabalho e meio ambiente ao comércio.

Em fevereiro de 1997, ocorreu a II Reunião de Vice-Ministros de Comércio em Recife, com o objetivo de redigir as regras de negociação da Alca. Nesta reunião, os

negociadores brasileiros utilizaram como arma política a ausência do mandato negociador concedido ao governo pelo Congresso Norte-americano, conhecido como “*fast-track*”. Pouco antes de iniciar o encontro, o chanceler brasileiro afirmou: “Sem o ‘*fast-track*’ não existe Alca”. Os negociadores do Mercosul sabiam da resistência sofrida nos EUA por boa parte do Partido Democrata do presidente Bill Clinton, das bases sindicais e do Partido Republicano. A estratégia nessa reunião, por parte do Mercosul, era adiar as negociações da Alca pelo período mais longo possível, evitando uma abertura imediata além da já imposta pela OMC. Aqui, a estratégia seguida pelos países do Mercosul era evitar a proposta norte-americana de negociar o acesso aos mercados (reduções de tarifas e barreiras comerciais) e deixar por último a definição das medidas de proteção comercial e soluções de controvérsias. O Mercosul procurou evitar uma postura defensiva e apresentou suas reivindicações para os EUA, principalmente na questão da eliminação de entraves aos produtos brasileiros. Os EUA tentaram ainda, em vão, incluir o polêmico tema da cláusula social, que já havia sido rejeitado na última reunião da OMC, em dezembro de 1996, em Cingapura (Rossi, 1997; Marques, 1997).

Em Belo Horizonte, em maio de 1997, na III Reunião dos Ministros de Comércio, foi decidido que as negociações da Alca deveriam começar na Segunda Cúpula das Américas, em Santiago, em abril de 1998. O conceito do *single undertaking* (acordo único) foi aprovado como um princípio fundamental no processo negociador da Alca. Nessa mesma reunião, Charlene Barshefsky quase provocou um impasse total ao defender a exclusão de item do comunicado final que afirmava a compatibilidade entre blocos regionais (como o Mercosul) e a Alca. Acabou prevalecendo uma formulação com significado ambíguo, pela qual os blocos podem coexistir, contanto que seus objetivos sejam mais amplos do que os da Alca.

A Segunda Cúpula das Américas ocorreu em Santiago do Chile nos dias 18 e 19 de abril de 1998. Neste encontro, o Brasil encaminhou três princípios para manter a identidade do Mercosul: A Alca não poderia ser uma extensão do Nafta, os acordos preexistentes deveriam ser mantidos, e não deveriam ocorrer acordos setoriais temporários – o princípio do *single undertaking*. A Segunda Cúpula das Américas produziu um documento de 39 páginas, dividido em Declaração de Santiago, Resultados Concretos, Antecedentes da Alca e o Plano de Ação. Tal Plano constituía uma ousada carta de intenções de transformação da América. Abordou temas como educação, erradicação da pobreza e discriminação, fortalecimento da democracia, integração econômica e livre comércio. A Declaração de Santiago mostra que a agenda comercial foi esvaziada em detrimento de questões sociais. Tal fato decorria

principalmente dos EUA estarem desprovidos do *fast-track* até a reunião. O governo brasileiro considerava-se beneficiado com o adiamento da discussão comercial da Alca. Entretanto, teve de aceitar a inclusão de alguns temas considerados delicados, como normas trabalhistas (Oliveira, 1998).

No segundo semestre de 2000, em meio à crise do Mercosul, a economia americana apresentava sinais de desaquecimento, enquanto o governo brasileiro tentava lançar o projeto de integração sul-americana. Com a derrota eleitoral, os democratas tentaram manter o projeto da Alca, acelerando as negociações e comprometendo a agenda de Bush. A resposta brasileira foi evasiva e, durante a Cúpula Ministerial de Buenos Aires, no início de Abril de 2001, a proposta de antecipação foi recusada. Contudo, os países americanos acordaram o prazo de 2005 para o fim das negociações (1º de janeiro) e implantação (31 de dezembro). Além disso, fixou-se um cronograma rígido e um marco institucional para os nove grupos de negociação. Na Cúpula Ministerial da Alca, em Buenos Aires, foi rejeitada a antecipação das negociações, mas na Terceira Cúpula das Américas, realizada no final do mesmo mês, foi reafirmado o prazo de 2005 para a conclusão das negociações.

Finalmente, nos dias 20 a 22 de abril de 2001, teve lugar a III Cúpula das Américas, reunindo os presidentes dos países americanos, com a exceção de Cuba. Na reunião, ficavam evidentes as duas posições que já se manifestavam nas reuniões ministeriais. De um lado, EUA, Canadá e a maioria dos países latino-americanos defendiam a integração hemisférica tal como estava proposta no *draft*, que não tinha sido divulgado na íntegra publicamente. De outro, os pequenos países caribenhos, a Venezuela e, com certa discrição, o Brasil, manifestando desde reservas até a oposição à Alca. Em meio a protestos de militantes “anti-globalização”, temas sociais e ambientais entraram na pauta, assim como a possibilidade de maior transparência para a sociedade nas negociações de integração econômica. Fernando Henrique Cardoso, discursando na abertura da Cúpula, mostrou a posição de reserva do Brasil em relação à Alca. Relembrou a ausência de Cuba, fez referência ao Protocolo de Quioto e ao aquecimento global, bem como defendeu o Mercosul e a necessidade de se escutarem os movimentos sociais que se manifestavam pelas ruas de Quebec.

Embora aparentemente o discurso de Fernando Henrique Cardoso seja de crítica, foi a primeira vez que o Brasil se pronunciou positivamente sobre a Alca, rompendo de certa forma com a postura reativa e defensiva em relação à integração hemisférica. As opções de abertura dos mercados agrícolas internacionais vinham apresentando dificuldades, reveladas no fracasso do encontro de Seattle da OMC e os impasses na negociação direta com a União

Europeia, e então parecia restar a alternativa norte-americana. Havia uma certa resignação no final do governo Cardoso (Cardoso, 2002).

As reuniões prosseguiram. Durante a Sétima Reunião Ministerial da Alca, realizada em 1º de novembro de 2002 em Quito, Equador, os Ministros confirmaram o calendário para o intercâmbio das ofertas iniciais de acesso a mercados, fixaram os prazos em que as novas minutas do Acordo da Alca deveriam estar concluídas, orientaram algumas das entidades da Alca na solução de questões de suas negociações e disponibilizaram a segunda minuta do Acordo da Alca (a qual, inclusive, continuava carregada de colchetes, indicando que não havia consenso no texto) na página eletrônica oficial da Alca, nos quatro idiomas oficiais. Os Ministros também tornaram público o documento do Comitê de Negociações Comerciais sobre as Pautas ou Diretrizes para o Tratamento das Diferenças nos Níveis de Desenvolvimento e Tamanho das Economias.

Durante o governo Cardoso, a estratégia brasileira nas negociações da Alca era basicamente obstrucionista, e procurou aproveitar a diminuição de poder por parte do governo norte-americano, em virtude da ausência do *fast-track*. No entanto, era considerada uma estratégia arriscada, porque a obtenção deste poderia provocar adesões bilaterais dos outros países a acordos de comércio com os EUA. O questionamento dos subsídios agrícolas norte-americanos também era utilizado pelo governo brasileiro, mas também encontrava suas fragilidades, como a falta de legitimidade junto ao setor agrícola, que tinha demandas não resolvidas no âmbito do Mercosul.

É interessante ressaltar que foi precisamente a partir das negociações da ALCA e do Mercosul que o governo Fernando Henrique começou uma reorientação. Ante as pressões dos EUA sobre Argentina e outros países da América Latina para se integrarem individualmente ao Nafta, o governo brasileiro convocou para Brasília os doze presidentes sul-americanos e realizou em 2000 a primeira Cúpula da América do Sul, objetivando aprofundar vínculos políticos e a criação de uma área de livre comércio da América do Sul (Cervo, 2002: 27).

Em consonância com o fato, ressaltado por Gilpin (2001), de que cada Estado considera o quão satisfeitos estarão seus interesses individuais ao decidir aderir ou não a projetos de integração, o processo negociador da Alca desencadeou um amplo debate acerca dos riscos e oportunidades da integração. Também criou um movimento – tanto interno quanto externo – de valorização do Mercosul e obrigou o debate sobre seu papel e seu futuro. Os documentos analisados demonstram que o Itamaraty encorajava discretamente as oposições em relação à Alca (sobretudo do meio empresarial), mas as críticas deveriam ficar

em certos limites, pois não poderiam ser aproveitadas pelos grupos opositores à política externa do governo Cardoso. As dificuldades impostas pelas crises internacionais, bem como as crises dos países, aliada à falta de maior institucionalização, levaram à crise do Mercosul e da estratégia negociadora brasileira. A resposta à crise do Mercosul e à nova ofensiva diplomática norte-americana veio com a proposta brasileira de integração da América do Sul, região definida pela diplomacia brasileira como seu espaço de interação primordial (Guimarães, 2005).

2 As negociações da Alca durante o governo Lula

A crise do neoliberalismo e a ascensão da esquerda

As crises financeiras e as fragilidades econômicas dos países da América Latina contribuíram para a crise do neoliberalismo na região. Mas outros acontecimentos também estavam articulados, como o fracasso da Reunião de Seattle da OMC em 1999, o esvaziamento da ONU e o unilateralismo norte-americano, a securitização da agenda internacional pós-11 de Setembro de 2001 e as sucessivas crises financeiras e volatilidade do capital, bem como o protecionismo econômico dos países desenvolvidos. Além disso, na última década, a América Latina viu a ascensão de partidos de esquerda ou reformistas, bem como o enfraquecimento dos partidos e governos neoliberais, que detiveram a hegemonia no continente ao longo dos anos 1990.

Com a vitória de governos de oposição, cujas campanhas políticas se haviam assentado na crítica ao neoliberalismo, a opinião pública avaliava negativamente a década neoliberal (Cervo e Bueno, 2008). Assim, a nova América Latina, que emerge nos últimos anos, se encaminha para propostas reformistas, com diferentes gradações de intensidade, mas que tem como laço comum a retomada da capacidade operativa do Estado no âmbito econômico, bem como do uso intenso de políticas sociais para combater a pobreza. A América Latina, em especial a América do Sul, não é a mesma das cúpulas americanas de Clinton e Bush, que oscilaram do otimismo neoliberal da globalização ao terror da luta contra o terrorismo. A nova América Latina tem visto a ascensão da esquerda e centro-esquerda em diversos países, como Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Venezuela, Nicarágua, mostrando o esgotamento do modelo de negociação, enquadramento e integração via Alca.

Ainda que o discurso diplomático brasileiro o negue, a política externa brasileira a partir do primeiro mandato do presidente Lula nem sempre tem convergido em direção à política externa estadunidense, gerando frequentes desacordos, sobretudo em questões relacionadas à América Latina. Neste sentido, o Brasil vem buscando, com uma autoconfiança crescente, se consolidar como um pólo de poder autônomo na América Latina. Do posicionamento em relação à Venezuela de Chavez, à maneira de reconhecer e lidar com as FARC's colombianas, são perceptíveis divergências entre as posturas dos dois governos. O encontro entre Lula e Bush em junho de 2003, considerado por ambas as chancelarias um sucesso na retomada de relações bilaterais positivas, estabeleceu o compromisso de encerrar as negociações e promover a entrada em vigor da Alca até o final de 2005. A compatibilização do que deveria vir a ser o nascente bloco com as discussões da OMC também foi acordada na reunião dos presidentes.

O governo Lula teceu críticas à condução das negociações da Alca por Cardoso, argumentando que uma plataforma de negociação difícil foi herdada, sujeita a compromissos estritos e sem margem de manobra. Criticou também o fato de que pela forma como fora negociada até então, a Alca teria um escopo muito mais amplo do que o livre comércio *stricto sensu*, agregando questões relativas à regulação de serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, com prejuízo à autonomia governamental. Ademais, as perspectivas de obtenção de amplo acesso ao mercado estadunidense se revelaram pouco realistas, em especial para os produtos agrícolas brasileiros. Ainda, pontos essenciais ao Brasil como os subsídios agrícolas e as medidas *antidumping* não foram levados em consideração.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil afirmava que o Brasil possuía uma projeção regional de tal ordem de importância que já era capaz de levar adiante propostas de integração entre os países latino-americanos, especialmente os sul-americanos, por meio da concessão mútua de preferências comerciais, proporcionando um contraponto à proposta estadunidense (AMORIM, 2003). Principalmente desde a ascensão de governos de orientação mais à esquerda na América do Sul, e com intensidade ainda maior desde a crise econômica de 2008, há um crescente interesse em se perseguir uma via de desenvolvimento autônoma em relação aos interesses dos EUA em grande parte dos países do continente.

Negociações da Alca no governo Lula

O governo Lula teve início quando os prazos para a definição das propostas em cada uma das áreas abarcadas pelo projeto da Alca já estavam muito próximos. Nesse contexto, o Itamaraty optou por reorientar a posição negociadora brasileira. A concepção de livre comércio proposta pela Alca ia além das regras negociadas na OMC, tendo um escopo abrangente demais, que reduzia a capacidade reguladora dos países, o que passou a ser reforçado no discurso oficial brasileiro (Amorim, 2003). Ademais, além do fato da questão dos subsídios agrícolas não ter sido resolvida pelos EUA, o foco da sua política externa, no contexto da era Bush, do unilateralismo e da luta contra o terrorismo, não mais se encontrava no continente americano (Menezes, 2011: 118).

Na segunda quinzena de novembro de 2003, o Mercosul levaria uma proposta comum de negociação ao encontro ministerial da Alca, em Miami (Estados Unidos). Os quatro países membros do bloco estavam de acordo em dar prioridade à eliminação das travas ao comércio agrícola, entretanto não tinham a menor ambição em outras áreas, como serviços, compras governamentais e investimentos. Durante a reunião, por sua vez, conversou-se sobre a possibilidade de um acordo entre Mercosul e Estados Unidos, que embora se inserisse dentro da Alca, valeria apenas para os dois lados envolvidos. De acordo com o negociador-chefe do Brasil na Alca, Macedo Soares, a negociação bilateral entre Mercosul e Estados Unidos deveria ficar concentrada na área de acesso a mercados com o objetivo de eliminar progressivamente tarifas e barreiras não-tarifárias (Salek, 2007).

Neste contexto, o Brasil não descartava a possibilidade de negociar alguns produtos, como o açúcar, independentemente da proposta do Mercosul. O país apresentava três objetivos: obter maiores prazos para abrir seu mercado em setores considerados frágeis, melhorar o acesso ao mercado americano para suas mercadorias mais competitivas; manter seu perfil de líder regional (Folha Online, 2003). A Argentina também se interessava em entrar nos Estados Unidos com seus produtos do setor siderúrgico, que eram competitivos, porém limitados pela pressão da influente indústria norte-americana do aço. O Uruguai, por sua vez, almejava um acordo bilateral de livre comércio com os Estados Unidos, independentemente de seus parceiros do Mercosul, defendendo a idéia de uma Alca flexível, ou seja, uma integração comercial gradual, que contemplasse os interesses dos 34 países participantes da iniciativa. Por fim, o Paraguai reclamava o acesso a mercados e o fortalecimento das indústrias nacionais.

Em fevereiro de 2004, o governo norte-americano declarou que estava pronto para iniciar negociações com um grupo de 13 países³ das Américas a fim de fechar ambiciosos acordos plurilaterais. Tal ação visava pressionar o Brasil e o Mercosul em prol de acelerar as negociações da Alca. Mas o governo brasileiro não se impressionou, pois os Estados Unidos já tinham acordos com a maioria dos 13 países. É importante salientar que os Estados Unidos buscavam, com os acordos plurianuais, o OMC-*plus*, ou seja, ir além dos documentos firmados no âmbito da Organização Mundial do Comércio em áreas como serviços, investimento e propriedade intelectual (Rossi, 2004). O Mercosul, por sua vez, não concordou com o projeto norte-americano.

Em dezembro de 2006, o governo brasileiro declarou seu desejo de relançar a negociação de um acordo comercial entre o Mercosul e os Estados Unidos. A idéia de tal acordo foi lançada em 2003, como alternativa às negociações para a criação da Alca, porém não prosperou. De acordo com o embaixador brasileiro, Antônio Patriota, o governo norte-americano, depois de dar prioridade total à guerra contra o terror, recomeçava a olhar para a América Latina, devido, principalmente, ao fracasso da Alca (Bacoccina, 2006).

Neste contexto, é importante salientar que, segundo o Banco Mundial, um acordo de livre-comércio com a UE traria quase duas vezes mais ganhos econômicos ao Brasil que a criação da Área de Livre Comércio das Américas, se houvesse a abertura total dos mercados aos produtos brasileiros. Entretanto, caso o acordo Mercosul-UE ou a Alca mantivessem barreiras nos setores agrícolas, a última seria mais vantajosa para o país (O Estado de S. Paulo, 2004).

Sendo assim, grupos de *lobby* tiveram destacada importância no exercício de pressão sobre os governos. O instrumento para uma participação organizada do segmento empresarial nas negociações da Alca foi criado em 1995, em Denver, nos EUA – o Foro Empresarial das Américas (FEA). No Brasil, sob a tutela da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), estabelecida em 1996, foi o grupo de pressão empresarial mais importante nas negociações (Cardoso e Chaloult, 2005). Contudo, há enormes diferenças entre as posições de diferentes setores da sociedade brasileira. Parte da burocracia governamental percebia os possíveis impactos negativos que as negociações poderiam ter sobre alguns dos principais instrumentos de promoção do desenvolvimento. Ademais, movimentos de crítica à Alca ocorridos no país inclusive um plebiscito privado

³ Canadá, México, países centro-americanos, Chile, Colômbia, Peru e Equador.

nacional, patrocinado pela Igreja Católica em 2002, reforçam essa posição, apoiada por alguns setores empresariais (Vigevani e Mariano, 2005: 16).

A indefinição dos interesses internos no caso da Alca reflete as incertezas sobre os ganhos e custos envolvidos, conforme ressaltado pela perspectiva realista de Gilpin (2001). Embora no Mercosul essas incertezas também existissem, o Brasil era a principal economia desse projeto de integração, o que não ocorreria na Alca, gerando preocupações ainda maiores sobre a possibilidade de o País sair prejudicado. Assim, mesmo no empresariado havia setores contrários à Alca: setores industriais de papel e celulose, químicos, eletro-eletrônicos e bens de capital (Oliveira, 2003). Houve também mobilizações contrárias dos setores sindicais, movimentos sociais e setores da Igreja Católica. Finalmente, sobretudo a partir do governo Lula, a sociedade brasileira passou a perceber os prejuízos do modelo liberal à economia brasileira e a inconsistência entre a prática protecionista e o discurso liberal dos EUA e, portanto, a se posicionar contra a Alca (Batista Jr, 2003).

Co-presidindo a Alca em 2003, o Governo brasileiro propôs a reestruturação das negociações com base na visão da “Alca possível”, em um processo negociado em “três trilhos”: a) um acordo “guarda-chuva” deveria enunciar o conjunto de direitos e obrigações equilibrados a serem aplicados aos 34 membros; b) o acesso a mercados para bens, serviços e investimentos deveria ser negociado bilateralmente, entre diferentes países e blocos; e c) a conclusão de acordos multilaterais mais profundos em temas e setores específicos, por países que desejassem fazê-lo, deveria ser possível. Todavia, apesar desses compromissos assumidos na VIII Reunião Ministerial sobre Comércio de Miami, em novembro de 2003, não houve avanço nas negociações (BRASIL, 2011a).

A proposta de uma Alca possível ou “Alca *light*” apresentada então pelo Brasil revelou a heterogeneidade das posições na negociação devido à discrepância de interesses entre os Estados que viriam a compor a Alca, assim como a polarização dos assuntos em torno de Brasil e EUA. Essa reestruturação redundou no redimensionamento do alcance e da profundidade da Alca, tornando impossível o ambicioso acordo original (Vigevani e Cepaluni, 2007). Nesse momento, as negociações da Alca foram praticamente enterradas (Menezes, 2011:118).

A última reunião formal do Comitê de Negociações Comerciais ocorreu em Puebla, em fevereiro de 2004. Em novembro de 2005, reunidos em Mar del Plata para a IV Cúpula das Américas, os Estados americanos concluíram no comunicado final o que já ficara evidente: não havia uma visão compartilhada para a forma que a Alca deveria tomar e,

portanto, não seria possível chegar a um acordo. Foi então que ocorreu a suspensão das negociações com o objetivo de examinar os problemas existentes e aguardar maiores definições da Rodada Doha da OMC (BRASIL, 2011a). Assim, na Cúpula, que era a última prevista inicialmente pelo calendário definido em Miami, não foi possível referendar o resultado das negociações comerciais ou alcançar um acordo nessa área. Ela acabou tratando, portanto, de questões como a necessidade de criar e promover o trabalho em condições dignas e de gerar renda para combater a desigualdade, a fome e a pobreza; e o fortalecimento da democracia (BRASIL, 2011b). A partir de então, a Alca saiu de pauta e da agenda externa brasileira.

Nesse contexto, em Mar Del Plata consolidaram-se três visões acerca da integração hemisférica. A abertura total dos mercados, defendida por Estados Unidos, Canadá, México, Chile, Colômbia, Guatemala, Honduras, Panamá, Peru, Equador e El Salvador; a posição contrária à Alca da Venezuela; e a defesa de uma Alca mais modesta e da eliminação dos subsídios agrícolas dos Estados Unidos, pelo Mercosul. Posteriormente, se aproximaram as posições da Venezuela e dos países do MERCOSUL, que se recusam a retomar as negociações enquanto os subsídios agrícolas americanos não fossem suspensos.

A Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) foi apresentada pela Venezuela em oposição à Alca. A principal proposta do acordo é a diminuição das desigualdades na região, ressaltando as ideias de desenvolvimento através do livre comércio. Para tanto, fundos de apoio financeiro a serem criados na região foram propostos. A Alba é atualmente composta por nove países: Venezuela (2004), Cuba (2004), Bolívia (2006), Nicarágua (2007) Dominica (2008), Honduras (2008), Equador (2009), Antígua e Barbuda (2009), e São Vicente e Granadinas (2009). As entradas de Paraguai e El Salvador também são possíveis e outros países da região já foram convidados a aderir. O Banco da ALBA foi inaugurado em 2008, objetivando dinamizar a integração pelo financiamento de melhorias nas esferas da saúde, cultura e energia. O banco visa também ao rompimento da dependência dos países signatários de recursos externos, em especial às divisas do FMI e do Banco Mundial. No final do mesmo ano, um projeto mais ambicioso, a adoção de uma moeda comum, denominada SUCRE (Sistema Unitário de Compensação Regional), foi posto em prática.

A V Cúpula das Américas foi realizada em Port of Spain, Trinidad e Tobago, em abril de 2009, e já não teve as negociações da Alca em sua pauta. A reunião tratou de temas sociais e de energia e sustentabilidade ambiental. Durante a Cúpula, o Brasil empenhou-se em fazer avançar a discussão sobre as três vertentes do tema central: Promoção da Prosperidade

Humana, da Segurança Energética e da Sustentabilidade Ambiental. Nesse contexto, o Brasil sublinhou a importância de a Cúpula firmar posição sobre certos conceitos, tais como o equilíbrio entre a proteção do direito privado e o interesse público em relação às leis de propriedade intelectual, o acesso universal à educação primária e o acesso a fontes de energia diversificadas e eficientes, para promover um modelo de desenvolvimento sustentável e, como consequência, a redução das desigualdades (*ibidem*).

A VI Cúpula das Américas, que ocorreu em abril de 2012, em Cartagena, na Colômbia, evidenciou as divergências que persistem entre os latino-americanos e Washington, apesar da busca por parte do presidente Barack Obama de uma nova forma de dialogar com a região. Obama, que participava de sua segunda Cúpula com os países latino-americanos, sendo a primeira em Trinidad e Tobago, em 2009, passou dois dias na Colômbia, demonstrando algum interesse em ouvir os países latino-americanos. Entretanto, esta foi mais uma Cúpula que terminou sem consenso. Os países latino-americanos reforçaram os temas mais polêmicos, como a defesa dos interesses argentinos nas Ilhas Malvinas e a reinclusão de Cuba na OEA e a sua participação nestas cúpulas, para as quais nunca foi convidada. O presidente norte-americano se mostrou aberto, mas não demonstrou comprometimento com a pauta. Enfim, o modelo de negociação da Cúpula das Américas não tem gerado resultados palpáveis, servindo muito mais para os países reafirmarem suas posições já definidas. Assim, se continuar por este caminho, é bem provável que a sétima Cúpula, marcada para 2015, no Panamá, esteja esvaziada ou nem ocorra.

3 A integração sem Alca: as iniciativas latino-americanas (CALC e CELAC)

A Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) foi um marco na História da América Latina e do Caribe independentes, pois, pela primeira vez, os países da região se reuniram em torno de uma agenda própria. Com a derrocada da Alca, o Brasil, visando ao estreitamento de suas relações com os países latino-americanos, propôs, em 2008, a realização da I CALC, na Costa do Saúipe, Bahia. A I Cúpula contou com a participação dos trinta e três Estados latino-americanos e caribenhos: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana,

Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Na ocasião, adotou-se a “Declaração de Salvador”, que preconizava o alinhamento de posicionamentos em relação à crise financeira e a promoção da cooperação regional nas áreas de energia, infraestrutura, combate regional à fome e à pobreza, manejo sustentável de recursos naturais e desenvolvimento sustentável e proteção dos direitos humanos. Os resultados da Cúpula incluíram, além disso, a adoção de Declarações Especiais sobre os seguintes temas: as Ilhas Malvinas, o bloqueio econômico a Cuba, o apoio ao pleito do SICA (*Sistema de la Integración Centroamericana*) para que o Panamá continuasse a receber os benefícios do SGP *Plus*, o apoio à Bolívia e a iniciativa da CALC em relação à crise financeira mundial (BRASIL, 2010a).

De acordo com o expressado pelo então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, no prefácio do documento das intervenções dos chefes de Estado e Governo na I CALC, publicado pela FUNAG, essa iniciativa é um verdadeiro marco. Amorim afirmou que na esfera regional da América Latina e do Caribe, iniciativas como o Mercosul, a Aladi, a Comunidade Andina, a Unasul, o Sistema de Integração Centro-Americano e a Caricom demonstram que a integração e o diálogo multilateral contribuem para promover o desenvolvimento e a estabilidade. Dessa forma, a convocação brasileira da I CALC demonstra a vontade de empreender um processo de integração em uma região que não percebia a si mesmo como tal diplomaticamente. Portanto, em 2008, teve início o primeiro esboço de um futuro bloco regional de dimensões praticamente continentais (AMORIM, 2009: 11-12).

Neste contexto, a criação da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) ocorreu na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, realizada na Riviera Maya, México, em fevereiro de 2010. A Cúpula da Unidade compreendeu a II CALC e a XXI Cúpula do Grupo do Rio. Durante essas reuniões, houve consenso em relação à importância da constituição de uma nova plataforma de concertação política e integração regional, que reuniria os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe. A CELAC continuaria, assim, a trajetória já iniciada pelo Grupo do Rio e pela CALC. Em 2011, seria realizada, na Venezuela, a III CALC, quando se completaria o processo de constituição da CELAC. A Declaração resultante da Cúpula determinou também o estabelecimento de um grupo de trabalho encarregado de redigir as regras de funcionamento do novo órgão. Convencionou-se que a convergência da CALC e do Grupo do Rio deveria se dar de maneira

gradual e que ambos deveriam manter suas agendas paralelas até a conclusão do processo de constituição da CELAC.

A dimensão política da CELAC deve se constituir a partir dos fundamentos do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política – conhecido como Grupo do Rio – estabelecido em 1986, no Rio de Janeiro. Enquanto foro de articulação política de alto nível, o Grupo do Rio encontrou sua área de atuação primordial na consolidação da democracia, tendo como pressuposto o bem sucedido trabalho diplomático dos Grupos de Contadora, que tinha por objetivo assegurar a paz na América Central. Assim, a associação desse instrumento de concertação política com a CALC, caracterizada pela atuação na esfera econômica e por formas mais institucionalizadas de cooperação, para o estabelecimento da CELAC, tende a promover uma plataforma de integração muito mais complexa e eficiente.

O escopo de atuação do Grupo do Rio se resumia a reuniões informais, destinadas a servir como espaço político apropriado para diálogo inter-regional e eventuais iniciativas conjuntas, decididas sempre por consenso. O Grupo do Rio fortaleceu-se gradualmente como espaço presidencial privilegiado e como um mecanismo regional representativo da América Latina e do Caribe em relação a outros países e blocos. Os parceiros de diálogo do Grupo do Rio foram legados à CELAC: União Europeia, Conselho de Cooperação do Golfo, ASEAN, Liga Árabe, G-77, Grupo GUUAM⁴, CEI, União Africana, Austrália, EUA, China, Rússia, Canadá, Índia, Japão, Coreia do Sul, Israel e Ucrânia.

A III Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, realizada em dezembro de 2011, discutiu os impactos da crise econômica internacional, o combate à pobreza por meio da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. O objetivo era consolidar a proposta comum de desenvolvimento regional aproveitando o dinamismo econômico do momento. No encontro, foram assinados documentos fundamentais para a consolidação da Celac enquanto bloco. Eles estabeleceram prazos e metas, formularam propostas em relação atribuições do órgão e ressaltaram a importância da defesa da democracia e da ordem constitucional na região (BRASIL, 2010b).

O Ministério das Relações Exteriores chinês, por meio de seu porta-voz, declarou, então, que a formação da Celac consistiu em um importante marco na integração regional. Foram expressas também, na ocasião, a disposição e a vontade do governo chinês de colaborar com o novo organismo. Os chineses enalteceram esse agrupamento latino-americano e caribenho pela sua contribuição para a multipolaridade e para o exercício

⁴ Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia.

multilateral nos assuntos internacionais e regionais. É importante ressaltar que a América Latina é bastante importante para Pequim devido à dimensão dos seus mercados (EFE, 2011).

Ademais, dados do Ministério das Relações Exteriores mostram que o Brasil mantém embaixadas permanentes em todos os países-membros da CELAC. O volume de comércio com os países da região aumentou cerca de quatro vezes no período de 2002 a 2010, e o intercâmbio comercial do Brasil com a América do Sul, a América Central, o México e o Caribe atingiu US\$ 78 bilhões em 2010. A próxima cúpula da CELAC será realizada no início de 2013, no Chile, quando Cuba assumirá a presidência provisória do organismo, precedendo Venezuela e Chile (Giraldi, 2011).

4 A Nova estratégia dos EUA: Acordos bilaterais e a continuidade das cúpulas

O resultado, para os EUA, da gradual derrocada da Alca foi a proliferação de acordos bilaterais de livre comércio na América Latina e Caribe. O país reconhece, contudo, não ver perspectivas para a assinatura de acordos desse tipo com Brasil, Argentina, Bolívia e Venezuela. O Brasil, enquanto maior economia regional, abandonou o modelo da Alca e avançou independentemente dos EUA, dando crescente importância ao Mercosul, e o governo venezuelano, por exemplo, estabeleceu a ALBA. Washington percebeu, portanto, uma vontade política de consolidação dos interesses regionais em oposição ao projeto estadunidense da Alca e, ao longo dos anos 2000, se preocupou em realizar acordos bilaterais de livre comércio na região (Hornbeck, 2011).

Os programas comerciais conhecidos, em seu conjunto, como Iniciativa da Bacia do Caribe (CBI, sigla em inglês), que haviam sido criados pela Lei de Recuperação Econômica da Bacia do Caribe (CBERA, sigla em inglês) foram substancialmente expandidos em 2000 através da Lei de Parceria e Comércio da Bacia do Caribe (CBTPA, sigla em inglês). A CBTPA entrou em vigor em outubro de 2000. Existem atualmente 17 países beneficiários da CBERA: Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Ilhas Virgens Britânicas, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Panamá, St. Kitts e Nevis, St. Lucia, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago. Oito desses 17 são também beneficiários da CBTPA: Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, Panamá, Santa Lúcia, Trinidad e Tobago⁵.

⁵ Dados coletados a partir do site do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/trade-topics/trade-development/preference-programs/caribbean-basin-initiative-cbi>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

De acordo com o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos e o Departamento de Estado estadunidense, o acordo de livre comércio entre EUA e Chile foi assinado em 2003 e entrou em vigor em janeiro de 2004. Ele eliminou tarifas, reduziu barreiras para comércio de serviços, promoveu a proteção da propriedade intelectual e o comprometimento das partes em manter leis de competição que proíbem condutas “anti-competitivas”, entre outros. Em agosto de 2004, os EUA assinaram o Tratado de Livre Comércio América Central-República Dominicana e os Estados Unidos (CAFTA-DR, sigla em inglês) com cinco países da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua) e com a República Dominicana. O CAFTA-DR é o primeiro acordo de livre comércio entre os EUA e um grupo de pequenas economias em desenvolvimento. A América Central e a República Dominicana representam o terceiro maior mercado de exportação dos EUA na América Latina, atrás apenas do México e do Brasil. O acordo entrou em vigor para os EUA, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua em 2006; para a República Dominicana, em 2007; e para a Costa Rica, em 2009⁶.

Os EUA e o Peru assinaram o Acordo de Promoção Comercial (PTPA, sigla em inglês) em abril de 2006. O PTPA entrou em vigor em fevereiro de 2009, após a ratificação peruana. O Acordo de Promoção Comercial entre EUA e Colômbia foi assinado em novembro de 2006 e ratificado pelo Congresso dos EUA em outubro de 2011, e o acordo de livre comércio entrou em vigor em maio de 2012. Em maio de 2004, o Equador iniciou negociações para um acordo de livre comércio andino com EUA, Colômbia e Peru, mas as negociações entre os EUA e o Equador foram interrompidas em 2006. O governo de Rafael Correa declarou que não tem interesse em negociar um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, mas manifestou interesse em negociar um “acordo de comércio para o desenvolvimento”. Os EUA e o Panamá assinaram um acordo de livre comércio em junho de 2007. O Panamá aprovou o acordo em julho de 2007, e ele se tornou lei nos EUA em outubro de 2011. EUA e Panamá também firmaram um acordo bilateral para resolver uma série de entraves regulamentares ao comércio de bens agrícolas⁷.

A VI Cúpula das Américas, realizada em abril de 2012 em Cartagena, Colômbia, demonstrou o esvaziamento desse foro e o isolamento político dos EUA em grande parte das discussões. A falta de consenso em torno das questões de Cuba e das ilhas Malvinas paralisou

⁶ Dados coletados a partir da seção de acordos comerciais do site do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements>>. Acesso em: 22 jun. 2012. E da seção denominada “*Background Notes*” no site do Departamento de Estado dos EUA. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

⁷ *Ibidem*.

a Cúpula. Os chefes de Estado e de Governo presentes não conseguiram sequer chegar a uma declaração final, dando a impressão de que esse fórum, criado em Miami, em 1994, por iniciativa estadunidense, será extinto ou deverá ganhar um novo formato em sua próxima edição. O presidente do Equador, Rafael Correa, e o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, não compareceram à reunião em solidariedade a Cuba e até mesmo o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, defendeu abertamente a inclusão de Cuba nos debates (Oliveira, 2012).

Ademais, durante um encontro de empresários ligados à cúpula, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, defendeu que os EUA mantenham relações de igual para igual com o Brasil e os outros países latino-americanos. Ao final da Cúpula, foram emitidos três comunicados sobre temáticas específicas. Um dos documentos incentivava o comparecimento dos chefes de Estado ou de Governo da região à Conferência Rio+20, para estimular uma reflexão sobre modelos de desenvolvimento e sustentabilidade. As questões do crime organizado internacional e da realização de um fórum de competitividade regional foram os outros temas abordados nos documentos.

Conclusão

As negociações para o estabelecimento da Alca, ainda que não tenham sido bem-sucedidas, redundaram em mudanças no padrão de relacionamento dos Estados do continente americano. A consolidação e o aprofundamento do Mercosul, com uma crescente aproximação entre seus membros, exemplifica essa tendência. Além disso, a criação da CALC, em 2008, e, posteriormente, da CELAC, demonstra uma vontade, capitaneada pelo Brasil, de se estabelecer foros de cooperação e coordenação entre os países latino-americanos e caribenhos.

Tais iniciativas, não mais sob a tutela dos EUA, aproximam países que, ainda que muito diversos e com imensas assimetrias de capacidades, enfrentam ou enfrentaram desafios semelhantes ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, a integração continental pautada no livre comércio e em medidas impositivas e restritivas em relação às políticas nacionais de desenvolvimento é, de certa forma, substituída por uma integração guiada por relações mais horizontais e pela busca do desenvolvimento.

Através da perspectiva brasileira, a Alca demonstrou, cada vez mais no decorrer das suas negociações, não ser uma alternativa benéfica à economia nacional. Ademais, a emergência brasileira no cenário internacional e o pronunciado multilateralismo do governo

Lula esvaziaram de sentido a proposta dos EUA para as Américas. A aproximação crescente do País em relação ao seu entorno também contribuiu para a construção de um sentido de identidade latino-americana, assentado na perseguição do desenvolvimento comum.

Assim, entre as razões para o fracasso da proposta da Alca, pode-se citar o fato de que todo processo de integração, do ponto de vista realista, precisa de uma liderança pra impulsioná-lo e, nesse caso, os EUA não conseguiram liderar o processo de maneira incontestada, devido à resistência de outros Estados, como o Brasil, que consideraram que os ganhos relativos gerados pela integração não seriam proporcionais às concessões que deveriam ser feitas para possibilitá-la. Além disso, a mudança de direção da política externa em relação aos EUA a partir do governo Lula reforçou a concepção de que o governo estadunidense estaria buscando exercer a sua liderança sobre o continente americano por meio da extensão da sua influência e do fortalecimento da sua economia às custas dos demais países, devido à enorme assimetria entre os atores que faziam parte do projeto de integração.

Quanto aos EUA, a projeção de seu poder e a sua estratégia política, econômica e comercial na América Latina e Caribe tomaram novas formas ao longo da gradual derrocada da Alca. A assinatura de acordos bilaterais de comércio com países cujas indústrias são muito incipientes ou aliados tradicionais marcou o período. Em relação às Cúpulas das Américas, sua realização após o encontro de Mar del Plata pode não vir a ser muito duradoura. Com o fracasso da Alca e a intransigência dos EUA em relação a Cuba, os Estados participantes parecem se interessar cada vez menos por tal fórum.

Recebido em agosto/2012;

Aprovado em setembro/2012

Bibliografia

AMORIM, Celso. (2003). “A Alca possível”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/912158548072-artigo-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes>>.

AMORIM, Celso (2009). Discurso proferido Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e desenvolvimento – CALC. IN: FUNAG. *Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e desenvolvimento – CALC*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

BACOCINA, Denize. (2006). “Brasil quer relançar negociação entre Mercosul e EUA”. *BBC Brasil*, 13 dez. 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/12/061213_patriota_dg.shtml>.

BATISTA JR. Paulo Nogueira. (2003). “A Alca e o Brasil”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.17, nº 48, PP. 267-293.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Balanço de Política Externa. **América do Norte: Cúpula das Américas**. 2011b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.1.2-america-do-norte-cupula-das-americas/view>>. Último acesso em: 27/08/2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Balanço de Política Externa. **Negociações Comerciais: Alca**. 2011a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/4.1.3-negociacoes-comerciais-alca/view>>. Último acesso em: 27/08/2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. América do Sul e Integração Regional. **CALC**. 2010a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/calc>>. Último acesso em: 27/08/2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. América do Sul e Integração Regional. **CELAC**. 2010b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/celac>>. Último acesso em: 27/08/2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. (2002). “Discurso na Abertura da Terceira Cúpula das Américas”, 20 de abril de 2001. In: Id. *Palavra de Presidente*, vol. 13, PP. 244.

CARDOSO, Antônio Dimas, CHALOULT, Yves. (2005). “A Alca e empresários do Cone Sul”. *Política e Sociedade*, nº 6, PP.83-100.

CERVO, Amado. (2002). “Relações Internacionais do Brasil. Um balanço da era Cardoso”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, nº 1, PP. 5-35.

_____. (2008) *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. (2008). *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª edição. Brasília: EdUnB.

Departamento de Estado dos EUA - Background Notes. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/>>.

EFE. (2012). “Pequim considera Celac ‘grande marco na integração regional’”. Dezembro 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2011/12/05/pequim-considera-celac-grande-marco-na-integracao-regional.htm#>>.

_____. (2012). “Próxima cúpula da Celac ocorrerá em janeiro de 2013 no Chile”. Janeiro 2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2012/01/09/proxima-cupula-da-celac-ocorrera-em-janeiro-de-2013-no-chile.htm>>.

Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos. Caribbean Basin Initiative. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/trade-topics/trade-development/preference-programs/caribbean-basin-initiative-cbi>>.

_____. Trade agreements. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements>>.

FOLHA Online. (2003). “Mercosul leva proposta comum à Alca”. 16 de Novembro de 2003.

GILPIN, Robert. *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GIRALDI, Renata. (2011). “Dilma discute na Venezuela economia e inclusão social nas Américas”. Agência Brasil, Brasília, dezembro 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-12-01/dilma-discute-na-venezuela-economia-e-inclusao-social-nas-americas>>.

HORNBECK, J. F. (2011). “U.S.-Latin America Trade: Recent Trends and Policy Issues”. *Congressional Research Service*.

MARQUES, Paulo Sotero. (1997). “O Brasil derrapa na largada: Conferência Ministerial da OMC expõe as vulnerabilidades do país”. *Política Externa*, São Paulo, vol. 5, nº 4/ vol. 6, nº 1, Março/Agosto, PP. 131-152.

MENEZES, Roberto Goulart. (2011). “Soft power, o brilho da espada: o Brasil e a ordem internacional pós 11 de setembro”. *Mediações*, Londrina, vol. 16, nº 2, PP. 107-122.

MOREIRA, Luiz Viel; QUINTEROS, Marcela; SILVA, André Reis. (2010). *As relações Internacionais da América Latina*. Petrópolis: Vozes.

O Estado de S. Paulo – Economia. (2004). “Bird afirma que acordo com a UE seria melhor para o Brasil do que a Alca”, 13 abr. 2004.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge S. N. (1998). “O Brasil sai ganhando em Santiago”. *Carta Internacional*, São Paulo, Ano VI, nº 62, PP. 15.

_____. (2003). *O papel da coalizão empresarial brasileira e as negociações da ALCA*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da FFLCHUSP (Tese de doutorado).

OLIVEIRA, Eliane. (2012). “Adeus, Cúpula das Américas?”. *O Globo*, Rio de Janeiro, Abril 2012. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/4/16/americas-cupula-acaba-sem-consenso>>.

ROSSI, Clóvis. (1996). “EUA e Brasil divergem sobre novo bloco”. *Folha de São Paulo*, PP. 2-7, 20 de março de 1996.

_____. (1997). “Discurso duro define posição”. *Folha de São Paulo*, Segundo Caderno, PP. 06, 27 de fevereiro de 1997.

_____. (2004). “EUA ameaçam Mercosul com acordos comerciais”. *Folha Online*, 10 de fevereiro de 2004.

SALEK, Sílvia. “Mercosul e EUA podem tentar acordo em 2004”. *BBC Brasil*, 19 novembro 2003. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2003/11/031119_alcaml.shtml>.

VIGEVANI, Tullo, CEPALUNI, Gabriel. (2007). “A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação”. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, PP. 273-335.

VIGEVANI, Tullo, MARIANO, Marcelo Passini. (2005). “A Alca e a política externa brasileira”. *Cadernos CEDEC*, vol. 74, PP. 1-40.